

Desindexação deve ser geral, diz Camilo Penna

São Paulo — O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, afastou a possibilidade de o governo desindexar somente o INPC. Ele revelou haver consenso entre as autoridades econômicas e os empresários de que a desindexação terá de ser efetuada sobre todos os índices de correção de preços, e não apenas sobre os salários.

Ao abrir a XI Feira Eletroeletrônica, promovida pela Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), o ministro afirmou que a proposta defendida pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, de expurgar só os salários é "uma posição isolada".

— A desindexação apenas sobre o INPC é uma tese defendida apenas por Luís Eulálio — assinalou Penna.

Segundo o ministro, na reunião do Conselho Monetário Nacional quando foi aprovado o pacote de medidas para reduzir o déficit público, ele defendeu a desindexação universal. Camilo Penna disse que a sua proposta foi aprovada por sete dos oito membros do setor privado (inclusive banqueiros) no Conselho.

— O governo está consciente de que a desindexação terá de ser feita em todos os níveis. De certa forma seria desejável não expurgar a correção monetária, pois evitaria a perda da captação das cedernetas de poupança. Mas não podemos fazer todo o peso recair somente sobre os salários, pois a medida seria inviável politicamente.

Camilo Penna revelou que o governo deverá anunciar ainda esta semana o reajuste trimestral para o preço de produtos industriais. Segundo ele, a resolução número 13 do Conselho Interministerial de Preços (CIP), que estabeleceu o controle de preços sobre 273 produtos, no sentido de que eles só podem ser reajustados mensalmente em 90 por cento da variação das ORTNs no período se mostrou uma medida ineficiente. Na sua opinião, o reajuste mensal de preços tornou-se "um novo foco de pressão inflacionária", pois muitas empresas aumentaram seus preços acima dos custos de produção.

Ele disse que ainda não está definido qual será o percentual de aumento de preços. No entanto, garante que será inferior a 90 por cento da variação das ORTNs.